

**INDEPENDÊNCIA S.A.  
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AOS PERÍODOS DE 9 (NOVE)  
MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E  
2008 E RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA**

BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, juridicamente independentes em seu próprio país, denominadas Firmas Membro BDO. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., com sede estatutária em Eindhoven, Holanda (registro comercial n° 33205251). O Escritório Executivo Internacional está situado no Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica. BDO Trevisan Auditores Independentes é a Firma Membro da BDO no Brasil. BDO é o nome comercial para a rede BDO International e para cada uma das Firmas Membro BDO.

**INDEPENDÊNCIA S.A.  
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AOS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008**

**CONTEÚDO**

Relatório de revisão limitada

Quadro 1 – Balanços patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas da  
Independência S.A. (em recuperação judicial)  
São Paulo – SP

1. Efetuamos uma revisão limitada do balanço patrimonial da Independência S.A. (“Companhia” – em recuperação judicial), referente ao período de 9 (nove meses findo em 30 de setembro de 2009, e das correspondentes demonstrações do resultado, dos fluxos de caixas e das notas explicativas correspondentes ao período de 9 (nove meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é efetuar uma revisão limitada sobre essas demonstrações contábeis, sem expressar opinião sobre elas.
2. Exceto pelos assuntos comentados nos parágrafos 3 a 11, nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) e consistiu, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2009 com os responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essa revisão não representou um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações contábeis, não estamos emitindo parecer de auditoria nem expressando opinião sobre as referidas demonstrações contábeis.
3. Conforme comentado na nota explicativa nº 7, a Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, no ativo não circulante, na rubrica “Impostos a recuperar”, tendo como contrapartida as contas de resultado e de patrimônio líquido, denominadas “Itens extraordinários” e “Prejuízo acumulado”, respectivamente, os montantes de R\$184.000 mil, relativo ao crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), R\$21.500 mil como ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins, R\$13.697 mil como INSS sobre férias e aviso prévio indenizados, R\$160.883 mil relativo ao Crédito Presumido da Contribuição para o PIS e a Cofins, R\$636 mil relativo à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), R\$8.862 mil relativo ao crédito decorrente da exclusão do lucro da exportação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Por conta desse procedimento, o ativo não circulante está apresentado a maior em R\$389.578 mil e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) está apresentado a menor no mesmo montante.



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas da  
Independência S.A. (em recuperação judicial)  
São Paulo – SP

4. As demonstrações contábeis da empresa controlada Independencia Guarani Sociedad Anonima relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2009 foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 20 de outubro de 2009 ressaltando a impossibilidade da Independencia Guarani Sociedad Anonima de cumprir com os compromissos financeiros assumidos na aquisição da planta industrial Frigorífico Guarani S.A., o que resultou na devolução dessa planta industrial como meio de cancelamento desses compromissos financeiros.
5. As demonstrações contábeis da empresa controlada Nova Carne Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial) relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2009 foram por nós revisadas, e nosso relatório datado de 09 de novembro de 2009, apresentou qualificações quanto ao fato de praticar operações mercantis de vendas para empresa controladora em condições definidas entre elas diferentemente daquelas praticadas em condições normais de mercado; quanto ao fato de não atender aos preceitos da Lei nº 11.638/07, especificamente ao grau de recuperabilidade dos bens do ativo permanente (*impairment*). Citado relatório enfatizou quanto a empresa controlada ter o deferimento de seu pedido de recuperação judicial, datado de 28 de maio de 2009, e que por ter sofrido contínuos prejuízos operacionais, apresentou deficiência de capital de giro e passivo a descoberto e quanto ao fato da não contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros.
6. Conforme comentado nas notas explicativas nº 15 e nº 16, a Companhia não vem recolhendo suas obrigações fiscais tempestivamente, em virtude da indisponibilidade de caixa e do pedido de recuperação judicial.
7. Não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da empresa controlada F1 Carnes e Derivados Ltda., correspondentes ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2009. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião sobre a adequação do valor desse investimento naquela data no montante de R\$142 mil e do correspondente resultado registrado no período no montante de R\$2 mil, com base no valor do patrimônio líquido daquela empresa.



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas da  
Independência S.A. (em recuperação judicial)  
São Paulo – SP

8. A Companhia não apresentou os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstração contábil de sua controlada Independencia Guarani Sociedad Anónima, conforme determina o Pronunciamento Técnico nº 2 e não nos sendo possível, mesmo por meio de procedimentos adicionais, mensurar o montante das mudanças das taxas cambiais.
9. Para o período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2009, não nos foi possível firmar juízo sobre o valor registrado na conta de ativo não circulante, na rubrica “F1 Carnes e Derivados Ltda.”, haja vista que as demonstrações contábeis dessa controlada apresentou divergência de R\$51 mil, quando comparadas com as demonstrações contábeis da empresa controladora.
10. A Companhia não efetuou a atualização dos valores em atraso registrados nas rubricas de “Fornecedores” e de “Empréstimos e financiamentos”, mediante a aplicação da taxa de mercado e de contratos, respectivamente. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião sobre a adequação dos valores dessas rubricas.
11. Não recebemos os comprovantes bancários referentes às rubricas de “Bancos contas movimentos” registradas no ativo circulante, mantidas em determinadas instituições financeiras. Dessa forma, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos adicionais de auditoria, formar juízo sobre a existência desses valores.
12. Exceto quanto aos efeitos comentados nos parágrafos 3, 7 e 9 e quanto aos possíveis efeitos comentados nos parágrafos 4 a 6, 8, 10 e 11, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, para que elas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
13. A Companhia mantém registrados nas contas do ativo circulante nas rubricas “ICMS a recuperar”, “PIS a recuperar” e “Cofins a recuperar” os montantes de R\$90.070 mil, R\$22.522 mil e R\$54.168 mil, respectivamente, e sua realização dependerá da geração futura, em montantes suficientes, de impostos e tributos a recolher.



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas da  
Independência S.A. (em recuperação judicial)  
São Paulo – SP

14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e passivo a descoberto e, conforme comentado na nota explicativa nº 1, em 27 de fevereiro de 2009, a Companhia solicitou pedido de recuperação judicial à Comarca de Cajamar – SP. Esses fatores geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a esse assunto também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.
15. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui valores a receber com partes relacionadas, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$200.681 mil (em 30 de setembro de 2008, não havia saldo). A realização desse valor dependerá da geração de recursos, em montante suficiente para a liquidação. Ademais, as transações com a empresa relacionada Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial) foram realizadas em condições definidas entre elas. Caso fossem realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações dessa empresa relacionada poderiam ser diferentes.
16. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do período de 9 (nove) meses corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Comunicado Técnico do Ibracon nº 4, de 7 de maio de 2009.



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas da  
Independência S.A. (em recuperação judicial)  
São Paulo – SP

17. As demonstrações contábeis relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2008, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós revisadas, e nosso relatório, datado de 31 de outubro de 2008, apresentou menção referente ao fato da Companhia não ter concluído seus estudos sobre os impactos do cálculo do ajuste a valor presente nas rubricas de ativos e passivos, e ainda que estava promovendo uma revisão em seus controles em atendimento à Lei nº 11.638/07. Citado relatório apresentou ainda ressalvas semelhantes às descritas nos parágrafos 3 e 7.

Ribeirão Preto, 11 de novembro de 2009

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Luiz Sanches'.

José Luiz Sanches  
Sócio-contador  
CRC 1SP124579/O-0  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5

## INDEPENDÊNCIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Independência S.A. é uma sociedade constituída por capital totalmente nacional que se destaca por atuar na área frigorífica, com qualidade e dedicação, para atender aos mercados externo e interno. Tem como atividade a exploração dos ramos de indústria frigorífica, o abate de bovinos, com as mais avançadas técnicas de cortes de carne *in natura*, congelados, resfriados, o comércio e a exportação, destacando-se no Mercado Europeu, Rússia, Oriente Médio e Ásia.

Além da industrialização de seus produtos, nela inclui-se o beneficiamento de couros bovinos e o armazenamento para terceiros, transporte, fabricação de fertilizantes orgânicos com os próprios resíduos e a industrialização de charque. Em sua organização, a Independência S.A. é delineada por unidades de negócios que se agrupam nas divisões de carne, couros, transportes, armazenagem frigorífica e outras.

A sede social da Independência S.A. está localizada na cidade de São Paulo, Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.912 – 12º andar – cj. 12 D, possuindo suas unidades produtivas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Rondônia. Em junho de 2007, foi implantado novo sistema de processamento de dados para controle de todas as operações de suas unidades, cujo processo de parametrização e conciliação de saldos estendeu-se até o exercício de 2008 e, em julho de 2007, foi inaugurado o novo centro administrativo, onde se controlam todas as operações da Companhia.

A Independência S.A. possui um amplo parque industrial, capacitado para garantir o abate diário de 10.800 (dez mil e oitocentas) cabeças de bovinos, contando com linhas de desossa totalmente habilitadas para atender ao exigente Mercado Comum Europeu, assim como os mais diversificados mercados como Egito, Israel, Malásia, Rússia, entre outros, com fábricas especialmente equipadas, buscando atender às especificações de cada mercado consumidor. A capacidade de processamento de couros é de 10.000 peles/dia.

A Independência S.A. conta com um número expressivo de colaboradores, empregando diretamente 2.278 colaboradores em 30 de setembro de 2009 (10.261 colaboradores em 30 de setembro de 2008).

Em junho de 2008, a Companhia assinou um compromisso de compra e venda de 100% dos ativos do Frigorífico Guarani, localizado na cidade de Assunção, no Paraguai. O frigorífico possui capacidade de abate de 500 cabeças/dia, que representa aproximadamente 10% do abate total daquele país. A aquisição foi feita por US\$14.000.000, com pagamentos durante os anos de 2008 e previsto para os anos de 2009 e 2010, porém, em face da situação de recuperação judicial, essa aquisição foi desfeita conforme distrato efetuado na cidade de Assunção, Capital do Paraguai datado de 22 de maio de 2009.

Em 21 de julho de 2008, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia, no montante de R\$24.102.

Em 21 de janeiro de 2009, a Companhia iniciou a oferta para solicitar o consentimento dos detentores de títulos (“Notas”) emitidos no exterior, com vencimentos em 2015 e 2017, para alterar certos termos e condições na documentação que as regem, inclusive com adição de cláusula de recompra.

Em 1º de fevereiro de 2009, a Companhia comunicou a paralisação das atividades da unidade de Campo Grande – MS, acarretando a demissão de 400 funcionários.

Em 23 de fevereiro de 2009, a Companhia comunicou o encerramento da solicitação de consentimento e oferta de recompra de suas notas com vencimentos em 2015 e em 2017.

Em 25 de fevereiro de 2009, a Companhia suspendeu as atividades de todas as unidades, com devolução de bois que estavam nos currais, aos respectivos fornecedores.

Em 27 de fevereiro de 2009, a Companhia recorreu à proteção judicial, respaldada pela nova Lei de Recuperação Judicial de nº 11.101, datada de 9 de fevereiro de 2005.

Em 23 de março de 2009, a Companhia comunicou ao mercado a contratação da empresa de KPMG Corporate Finance Ltda. – Restructuring Services e da Arsenal Investimentos como consultores financeiros, objetivando o seu plano de recuperação. Esse plano deverá contemplar amplo processo de renegociação de dívidas, visando à mudança em seu perfil e no alongamento dos prazos. Com isso, a Companhia espera poder reativar e restabelecer suas atividades, voltando a operar em situação de normalidade.

Em 24 de março de 2009, a Companhia comunicou o fechamento das unidades localizadas em Senador Canedo, GO; e em Anastácio, MS, acarretando a demissão de 2.000 funcionários.

Em 25 de março de 2009, a Companhia comunicou o fechamento das unidades de abate e desossa das unidades de Confressa, MT; e em Nova Andradina, MS; e da unidade de produção de charque de Pires do Rio, GO; além dos ajustes das operações nas unidades de Santana do Parnaíba, SP; Janaúba, MG; Ponte e Lacerda, Juína e Colider, localizadas em MT; e da unidade de Rolim de Moura, RO. Tais medidas resultaram na demissão de 2.800 funcionários.

Em 1º de abril de 2009, a Companhia fechou as unidades de abate e desossa de Nova Xavantina, MT; de desossa em Presidente Venceslau, SP; e do centro de distribuição em Itupeva, SP, acarretando a demissão de 1.400 funcionários.

Em 7 de abril de 2009, a Companhia reabriu a unidade de Janaúba, MG, com a recontração de 300 funcionários e um abate efetivo de 400 cabeças de gado por dia.

Em 27 de abril de 2009, a Companhia disponibilizou em juízo a documentação faltante para a instrução do seu processo de recuperação judicial, incluindo as seguintes informações:

- i. Demonstrações contábeis levantadas especialmente para instruir o processo de recuperação judicial com data-base em 27 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 51, item II, da Lei nº 11.101/05.
- ii. Lista de credores com data-base em 27 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 51, item II, da Lei nº 11.101/05.

Em 29 de abril de 2009, foi disponibilizado o Relatório de Diagnóstico Inicial da Companhia emitido pela KPMG Corporate Finance Ltda.

Em 8 de maio de 2009, foi deferido o processamento da recuperação judicial pela excelentíssima juíza Adriana Nolasco nomeando o Sr. Fernando Chad como administrador do processo da recuperação judicial, e foi determinada a suspensão de todas as ações em andamento, pelo prazo de 180 dias. Também foi determinada pela juíza a apresentação de contas e demonstrativos mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob a pena de destituição.

Em 18 de maio de 2009, a Companhia anunciou a retomada das atividades de abate da unidade de Rolim de Moura, RO. A unidade reiniciou as operações com o abate de 500 cabeças ao dia.

No dia 10 de junho de 2009, foi comunicado a continuidade do ajuste das operações, através do fechamento das unidades de Colíder, Pontes e Lacerda e Juína, no Estado do Mato Grosso e das atividades de abate, desossa e logística da unidade de Nova Andradina, Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 8 de julho de 2009, a Companhia divulgou comunicado referente a devolução da unidade industrial arrendada de Colíder-MT, em razão do redimensionamento de seus negócios.

Em 13 de julho de 2009, a Companhia anunciou em conjunto com a sua subsidiária Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda., um plano conjunto de recuperação judicial, na forma da Lei de Falência e Recuperação de Empresas.

No dia 11 de setembro de 2009, a Companhia informou as datas e locais de realização das Assembleias Gerais de Credores, a serem realizadas no município de Cajamar, no Estado de São Paulo, no Ginásio de Esportes Antonio Carlos Tramassi.

## **2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Leis nº 6.404/76 e nº 11.638/07), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados e homologados pelo Ibracon, bem como outros pronunciamentos emitidos por esse instituto.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº 11.638/07

A Administração da Companhia optou por elaborar suas demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008, ponto de partida para o levantamento de demonstrações contábeis de acordo com as novas disposições trazidas na Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pelos referidos normativos caracterizam-se como mudança de prática contábil; entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.637/07, aprovada pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 30 de setembro de 2008 foram preparadas em conformidade com a legislação vigente naquela data. A Companhia optou por não rerepresentá-las, com base no Comunicado Técnico do Ibracon nº 4, de 7 de maio de 2009. Dessa forma, não são comparáveis com as demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2009.

#### 3.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

##### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Companhia;
- os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia constantemente revisa tais estimativas e premissas consideradas.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, registrando-se os custos de transação no resultado, quando incorridos, e são classificados de acordo com o objetivo contratado (vide detalhes na nota explicativa nº 19):

- Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado são os instrumentos financeiros derivativos e os com derivativos embutidos contratados com o objetivo de redução de custos de captação.
- Derivativos destinados a hedge seguem a contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 14. Os instrumentos contratados e mantidos em aberto até 30 de setembro de 2009, com essa finalidade possuem a designação de *hedge* de fluxo de caixa e, portanto, a contrapartida do valor justo foi feita no patrimônio líquido, em atendimento ao referido pronunciamento.

e. Ativos circulantes e não circulantes

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

- Duplicatas a receber

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

- Ativo permanente

#### *Intangível*

O ágio de investimentos é demonstrado pelo valor de desembolso e, a partir de 1º de janeiro de 2009, não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente.

#### *Investimentos*

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

#### *Imobilizado*

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

#### *Diferido*

São os valores e despesas reconhecidos pelo custo. As amortizações são computadas pelo método linear em até 5 (cinco) anos.

- Arrendamento mercantil

#### *Arrendamento financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### f. Redução ao valor recuperável

Os itens de ativos de imobilizado e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

#### g. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### h. Provisões

São reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-lo. As provisões são registradas quando são julgadas como prováveis, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### i. Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado, à medida que ocorrem.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os impostos diferidos do passivo, que contemplam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, foram constituídos sobre a reserva de reavaliação.

**4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos de renda fixa	4.171	50.964
Fundos de renda fixa	1.679	146.789
Cédula de produtor rural – CPR	1.406	-
	<u>7.256</u>	<u>197.753</u>

**5. DUPLICATAS A RECEBER**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Contas a receber – Mercado interno	17.112	110.727
Contas a receber – Mercado externo	27.033	91.251
Ajuste a valor presente	(824)	-
Adiantamentos cambiais entregues	-	(1.812)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.765)	(411)
	<u>40.556</u>	<u>199.755</u>
Ativo circulante	37.665	199.755
Ativo não circulante	2.891	-

**6. ESTOQUES**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Produtos acabados	8.037	130.713
Matéria-prima	2.378	40.594
Almoxarifados	20.462	17.488
	<u>30.877</u>	<u>188.795</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	2008
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Crédito presumido	-	69
Crédito presumido da contribuição para o PIS e Cofins (1)	160.883	-
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Crédito-Prêmio (1)	184.000	184.000
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	90.740	130.574
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.820	144
PIS a compensar	44.022	21.169
Cofins a compensar	54.168	56.934
Exclusão do lucro da exportação da base de cálculo da CSLL (1)	8.862	-
CPMF sobre lucro na exportação (1)	636	-
INSS a compensar (1)	13.697	-
<b>Total</b>	<b>562.828</b>	<b>392.890</b>
Ativo circulante	172.580	201.683
Ativo não circulante	390.248	191.207

- (1) A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, registrou o montante de R\$184.000, relativo ao crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instituído pela União Federal no ano de 1969, mediante a edição do Decreto Lei nº 491, com o intuito de incentivar as exportações. Esse Decreto, em seu artigo 1º, veio a estabelecer que as empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados fariam jus a um crédito tributário proveniente das vendas desses produtos para o exterior, como ressarcimento de tributos pagos internamente. Assim, o benefício deveria ser deduzido do valor do IPI incidente sobre operações no mercado interno. Ainda, com base na opinião de seus consultores jurídicos, registrou os montantes de R\$160.883 relativo ao Crédito Presumido da Contribuição para o PIS e a Cofins, R\$636 relativo à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), R\$8.862 relativo ao crédito decorrente da exclusão do lucro da exportação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), R\$21.500 relativo ao ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins, e R\$13.697 relativo ao INSS sobre férias e aviso prévio indenizados.

## 8. OUTROS CRÉDITOS

	2009	2008
Adiantamentos diversos	36.135	81.295
Outros valores a receber	1.303	4.066
<b>Ativo circulante</b>	<b>37.438</b>	<b>85.361</b>

Os adiantamentos diversos referem-se a serviços e aquisição de mercadorias que serão prestados e entregues no decorrer do exercício. A maior parte do valor refere-se a adiantamentos feitos a fornecedores de gado, visando garantir a escala de abate para os próximos meses.

## 9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Despesas com arrendamento de plantas industriais	61.246	68.938
Despesas com obtenção de empréstimos	16.647	20.123
Outras despesas antecipadas	795	531
	<u>78.688</u>	<u>89.592</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Independência Guarani Sociedad Anônima	1.701	-
F-1 Carnes e Derivados Ltda.	4.427	-
Independência Participações S.A.	190.933	-
Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda.	3.620	-
	<u>200.681</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		

## 11. INTANGÍVEL

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ágio na aquisição de investimentos	84.720	105.899
	<u>84.720</u>	<u>105.899</u>

## 12. INVESTIMENTOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
F1 Carnes e Derivados Ltda.	142	77
Independencia Guarani Sociedad Anonima	369	8.556
	<u>511</u>	<u>8.633</u>

Os dados das investidas e a movimentação dos investimentos em sociedades controladas é apresentada a seguir:

	2009	2008
<b><u>Nova Carne Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (a)</u></b>		
Quantidade de cotas possuídas	990.000	-
Percentual de participação	99,00%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(59.818)	-
Prejuízo do período de nove meses findo em 30 de setembro	(17.671)	-
Movimentação dos investimentos (Provisão para perdas em investimentos):		
No início do exercício	(41.811)	-
Resultado da provisão para perdas no período de nove meses findo em 30 de setembro	(17.409)	-
No fim do semestre findo em 30 de setembro	<u>(59.220)</u>	<u>-</u>
	2009	2008
<b><u>F1 Carnes e Derivados Ltda. (b)</u></b>		
Quantidade de cotas possuídas	72.000	72.000
Percentual de participação	90,00%	90,00%
Patrimônio líquido	157	86
Lucro do período de nove meses findo em 30 de setembro	(10)	-
Movimentação dos investimentos:		
No início do exercício	140	-
Resultado de equivalência patrimonial do período de nove meses findo em 30 de setembro	2	77
No fim do período de nove meses findo em 30 de setembro	<u>142</u>	<u>77</u>
	2009	2008
<b><u>Independencia Guarani Sociedad Anonima (c)</u></b>		
Quantidade de ações	11.880	11.880
Percentual de participação	99,00%	99,00%
Patrimônio líquido	373	8.642
Prejuízo do período de nove meses findo em 30 de setembro	(7.764)	-
Movimentação dos investimentos:		
No início do exercício	8.055	-
Resultado de equivalência patrimonial do período de nove meses findo em 30 de setembro	(7.686)	8.556
No fim do semestre findo em 30 de setembro	<u>369</u>	<u>8.556</u>

(a) Empresa revisada pela BDO Trevisan Auditores Independentes.

(b) Empresa não auditada.

(c) Empresa revisada por outros auditores independentes.

### 13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	2009			2008
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	4%	370.255	(62.844)	307.411	306.492
Máquinas e equipamentos	10%	695.803	(161.158)	534.645	644.160
Móveis e utensílios	10%	9.396	(2.942)	6.454	9.479
Instalações	10%	127.730	(35.120)	92.610	1.707
Veículos	20%	95.609	(65.856)	29.753	145.325
Software e hardware	20%	17.546	(2.531)	15.015	131
Benfeitorias	4%	31.070	(1.342)	29.728	17.094
Terrenos	-	62.265	-	62.265	64.564
Imobilizações em andamento	-	53.170	-	53.170	94.013
Direito de uso de telefone	-	22	-	22	14
Cultura em formação	-	1.029	-	1.029	764
		<u>1.463.895</u>	<u>(331.793)</u>	<u>1.132.102</u>	<u>1.283.743</u>

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidades	Indexador	Taxa (a.a.)	2009	2008
A C C	US\$	12,00%	407.456	236.117
BNDES Finame	TJLP	3,50%	57.138	104.265
Capital de Giro	PRÉ	18,00%	560.194	230.502
Leasing	PRÉ	18,10%	13.282	13.150
Pré-pagamento	US\$	Libor + 2,0%	248.614	236.489
Bonds	US\$	9,88%	1.021.327	1.026.847
Derivativos a realizar			145.611	
Total			<u>2.453.622</u>	<u>1.847.370</u>
Passivo circulante			1.891.433	528.377
Passivo não circulante			<u>562.189</u>	<u>1.318.993</u>

Em 2007 e 2008, a Companhia deu continuidade à estratégia de internacionalização financeira e alongamento do perfil de endividamento. Foram realizadas novas operações de pré-pagamento de exportação no montante total de US\$150,000.000, dos quais US\$100,000,000 pelo prazo de 3 anos com 12 meses de carência. A taxa média situou-se em Libor mais 1,75 % ao ano. Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia emitiu bônus no mercado internacional, no montante de US\$225,000.000, por um prazo de 10 anos. Em 15 de maio de 2008, a Companhia emitiu um novo bônus no mercado internacional, no montante de US\$300,000.000, por um prazo de 7 anos.

Os empréstimos e financiamentos do tipo Finame e *Leasing* estão garantidos por alienação fiduciária de bens do imobilizado que foram financiados. As demais modalidades são garantidas por aval dos diretores.

Por meio da ata da Assembleia Geral Extraordinária datada de 17 de novembro de 2008, foi aprovada a capitalização por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) na Independência Participações S.A. (*holding*), o empréstimo obtido no JP Morgan para a aquisição do Goiás Carne em junho de 2007, no valor de US\$100,000.000, equivalente a R\$250.000, sendo transferido da Independência Participações S.A. para a Independência S.A.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2009	2008
2009	-	31.332
2010	21.521	125.603
2011	9.454	33.369
2012	-	22.031
2013	-	79.810
2014	-	-
2015	531.214	586.770
2016	-	-
2017	-	440.078
	562.189	1.318.993

#### Recompra de títulos emitidos no exterior

Em 21 de janeiro de 2009, a Companhia iniciou uma oferta pública de recompra de parte dos “*bonds*” em circulação no mercado externo, juntamente com uma solicitação de consentimento de alteração de *covenants* nos títulos remanescentes.

O racional da operação consistiu no fato de que a crise mundial acarretou uma queda de preço dos títulos, que apresentavam indicação de preço para negociação no mercado secundário em torno de 60% do valor de face. Diante desse quadro, a Companhia vislumbrou a oportunidade de reduzir substancialmente o seu passivo financeiro ao obter um desconto de cerca de 40% sobre o valor devido.

Para viabilizar a operação, foram negociados financiamentos no valor total a ser desembolsado em caso de sucesso na recompra dos “*bonds*”.

A liquidação da operação no exterior foi marcada para o dia 24 de fevereiro de 2009, quando os detentores dos títulos, que concordassem com a venda, receberiam o valor acordado.

Houve uma grande aceitação por parte dos investidores e a Companhia. Em 20 de fevereiro de 2009, ocorreu a liberação dos recursos por parte das instituições financeiras envolvidas no financiamento da operação de recompra e na mesma data os recursos foram remetidos ao exterior, de forma a estarem disponíveis para o pagamento dos investidores na data prevista.

O valor da operação, em reais, foi de aproximadamente R\$290.000.

Nesse ínterim, a Companhia, que vinha sentindo os efeitos da crise, decidiu por suspender a recompra, solicitando às instituições financeiras envolvidas que revertessem todas as operações, internando novamente os recursos e cancelando os financiamentos negociados através da devolução dos recursos.

Vale ressaltar que a data de liquidação da operação no exterior coincidiu com feriado nacional (carnaval) e, devido aos poucos dias úteis para o encerramento do mês de fevereiro de 2009 e à complexidade do retorno dos recursos às instituições financeiras, a operação foi completamente encerrada somente em 3 de março de 2009.

## 15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2009	2008
Salários a pagar	7.347	1.182
Provisão de férias e 13º salários e encargos	7.264	33.391
INSS a recolher	26.369	4.014
FGTS a recolher	172	1.187
Pensão alimentícia	18	18
Outros	13	4
	<u>41.183</u>	<u>39.796</u>

## 16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2009	2008
ICMS a recolher	1.135	12.714
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	15.665
CSLL a recolher	-	3.911
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	217	670
Funrural a recolher	10.093	3.832
Parcelamento IRPJ / PIS / CSLL retido de terceiros	2.615	1.254
Outros	261	297
	<u>14.321</u>	<u>38.343</u>

## 17. IMPOSTOS DIFERIDOS

	2009	2008
Imposto de Renda sobre reavaliação	182.853	197.816
Contribuição social sobre a reavaliação	65.823	70.830
	<u>248.676</u>	<u>268.646</u>

Sobre o valor registrado como reavaliação foram constituídos os impostos diferidos que serão computados na determinação do lucro real no montante em que os bens reavaliados forem realizados.

## 18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2009	2008
Processos trabalhistas	12.596	-
Contingências tributárias	4.478	-
Processos cíveis	10.627	-
	<u>27.701</u>	<u>-</u>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – GERENCIAMENTO DE RISCO

### 19.1. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

A Companhia, no curso normal de suas operações, está sujeita a riscos que são gerenciados diariamente pela diretoria financeira e mensalmente por meio de relatórios avaliados pelos membros do Comitê Executivo.

Dentre os riscos que estão sob análise, alguns foram sujeitos a operações de *hedge*, conforme descrito a seguir:

- a. **Variação cambial:** a Companhia possui cerca de 50% do seu faturamento advindo de exportações e 80% do passivo indexado ao dólar.

No campo das exportações, o risco inerente é a desvalorização do dólar, que pode causar perdas em função da redução do valor em reais relativo à conversão das cambiais, uma vez que a precificação de venda das mercadorias ao mercado externo utiliza uma taxa de câmbio projetada.

Esse risco cambial não ocorre com os recebíveis externos que forem destinados à liquidação de operações de captação relacionadas a exportações, como ACC e Pré-pagamentos de exportação.

Dessa forma, o comitê de avaliação de derivativos estabeleceu como política de *hedge* às exportações o valor máximo de exposição em até 50% do valor mensal esperado para as exportações.

Com relação ao passivo em dólar, mais de 60% refere-se a emissão de bonds no mercado externo, com vencimentos em 2015 e 2017. Para esses casos, definiu-se que não seria feito *hedge* com muita antecedência, em função do longo prazo para a liquidação das operações. Os 40% restantes referem-se a ACC e Pré-pagamentos, que são naturalmente liquidados com as próprias cambiais oriundas da exportação. Portanto, estabeleceu-se que o passivo indexado ao dólar não seria objeto de operações de *hedge* cambial.

- b. **Taxa de juros:** uma parte das operações de Pré-pagamento que a Companhia tem em curso é referenciada na taxa Libor flutuante. No início de 2008, definiu-se que seria adequado realizar operação de “trava” da Libor, de forma a estabelecer uma taxa de juros fixa para pagamento desse tipo de passivo.
- c. **Matéria-prima:** visando garantir sua escala de abate futura ante um cenário de perspectiva de dificuldades de oferta de bovinos, a Companhia iniciou operações de compra de gado a termo, onde o pecuarista se compromete a entregar uma certa quantidade de bois em uma data previamente acordada. A grande maioria das operações contratadas não estabelecia o preço de compra dos bois, condição que seria negociada conforme o mercado na data da entrega dos animais ao frigorífico. Alguns pecuaristas, no entanto, optaram por fixar antecipadamente o preço da arroba dos bois.

Como a venda de carne é realizada no mercado na modalidade “spot”, e a Companhia tem como estratégia não travar o custo da matéria prima enquanto o preço de venda flutua com o mercado, todas as operações que foram realizadas com preço fixo, foram concomitantemente travadas na BM&F. Dessa forma, o valor a ser pago pela arroba dos bois permaneceu flutuante, eliminando o risco de descasamento com o preço de venda da carne no mercado.

Outro item avaliado foi o custo dos bonds, elevados em relação ao mercado. A posição adotada para buscar uma redução do impacto relevante dos juros nas despesas da Companhia foi a contratação de instrumentos de derivativos que trouxessem ganhos que pudessem ser incorporados na operação. Para estes instrumentos financeiros foi adotada a classificação de ativo/passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

No primeiro semestre de 2008 vivemos um cenário de redução de oferta de linhas convencionais de financiamentos, e a maioria dos bancos passou a disponibilizar somente operações atreladas a derivativos, que embutiam uma proposta de redução de taxa de juros.

Antes da crise financeira mundial, havia uma indicação do mercado de elevação da taxa de juros e de desvalorização do dólar frente ao real. Diante desse quadro, as captações de recursos acopladas com derivativos foram discutidas e aprovadas, com o objetivo de reduzir o custo financeiro final da Companhia.

## 19.2. RESULTADOS DOS NOVE PRIMEIROS MESES DE 2009

Nos nove primeiros meses de 2009, a Companhia operou derivativos sempre de acordo com as estratégias estabelecidas, buscando os melhores momentos de mercado para desfazer algumas posições em aberto. O resultado efetivo apurado no período foi de:

	<u>Resultado</u>
Ganhos	74
Perdas	<u>(36.730)</u>
Líquido	<u><u>(36.656)</u></u>

Esse resultado decorreu basicamente dos hedges para exportações e do encerramento de captação com derivativos.

Convém ressaltar que a Companhia não opera com derivativos de nenhuma natureza desde o final de fevereiro de 2009, quando entrou com um pedido de recuperação judicial, conforme descrito no item 1 (Contexto operacional). Em virtude desse fato, as operações em aberto tiveram seus resultados “congelados” pelas instituições. Para efeito contábil e em atendimento à Lei nº 11.638/07, a seguir está demonstrado o cálculo do valor justo, adotando-se como premissas que as operações estão em aberto e que resultados de meses anteriores ao encerramento do semestre incorporam o valor justo pelo ajuste nominal que teriam tido.

Aplicando o critério de valor justo para as posições em aberto no final de setembro de 2009, tivemos os seguintes resultados com instrumentos financeiros derivativos, por natureza de operação:

RESULTADO DE DERIVATIVOS – 30 de setembro de 2009

OPERAÇÃO	APURAÇÃO DO RESULTADO	AJUSTE (R\$ mil)		
		NEGATIVO	POSITIVO	LÍQUIDO
Captação com derivativos	Efetivo do semestre	(15.396)	74	(15.322)
	Apurado pelo valor justo	-	951	951
Hedge para exportações	Efetivo do semestre	(16.658)	-	(16.658)
	Apurado pelo valor justo	(30.055)	-	(30.055)
Hedge taxa de juros	Efetivo do semestre	-	-	-
	Apurado pelo valor justo	(5.509)	-	(5.509)
Derivativo sobre <i>bond</i>	Efetivo do semestre	(4.676)	-	(4.676)
	Apurado pelo valor justo	(110.998)	-	(110.998)
TOTAL		(183.292)	1.024	(182.268)

19.3. OPERAÇÕES EM ABERTO – VALOR JUSTO

A grande maioria das captações com derivativos foi encerrada durante o mês de outubro, em um momento em que o dólar esteve mais favorável. Das duas restantes, a companhia possui apenas uma (*swap*) com valor nominal de R\$10.000, com amortizações mensais a partir de outubro de 2009 e vencimento em setembro de 2010.

As operações de *hedge* de exportação tiveram seu último vencimento em julho de 2009.

Das operações de *hedge* de taxa de juros, restaram a trava de Libor (a 4,09%), com vencimento em novembro de 2010, com fluxo trimestral, adequado à captação.

Das operações feitas para reduzir a taxa de juros dos *bonds* (não *hedge*), a Companhia reforçou a estratégia de monitoramento dos derivativos e comprou US\$75,000.000 para cada vencimento, aproveitando momentos de arrefecimento do mercado para travar parte da posição a uma taxa de câmbio considerada confortável. As condições e o resultado podem ser avaliados no item 4b dessa nota.

Para a determinação do valor justo dos derivativos, utilizamos a marcação a mercado das operações, por meio das informações disponíveis na base de dados da Bloomberg para a definição da curva futura dos mercados de câmbio, taxa de juros interna (CDI) e Libor.

A partir desse critério, chegamos aos seguintes valores:

- Para os instrumentos financeiros destinados a *hedge*:

Instrumento de <i>hedge</i>	Valor (US\$ mil)	Objeto do hedge	Vencimento	MTM (R\$ mil)		9 meses/09 (R\$ mil)
				30/6/2009	30/9/2009	
Termo de moeda	14.000	Contas a receber exportação	jul/09	(31.403)	(30.058)	1.345
Swap de trava de Libor	100.000	Captação indexada Libor de 3 meses	nov/10	(5.654)	(5.509)	145
Ajuste no Patrimônio Líquido				<u>(37.057)</u>	<u>(35.567)</u>	<u>1.490</u>

- Para os instrumentos financeiros não destinados a *hedge*:

Instrumento de derivativo	Valor (US\$ mil)	Objetivo	Vencimento	MTM (R\$ mil)		9 meses/09 (R\$ mil)
				30/6/2009	30/9/2009	
Swap com duplo indexador	10.000	Captação de recursos	set/10	1.609	951	(658)
Termos de moeda	100.000	Redução de taxa de juros do <i>bond</i>	mar/09	(38.863)	(38.863)	
Termos de moeda	100.000	Redução de taxa de juros do <i>bond</i>	abr/09	(45.115)	(45.115)	
Termos de moeda	100.000	Redução de taxa de juros do <i>bond</i>	mai/09	(27.020)	(27.020)	
Ajuste no resultado				<u>(109.389)</u>	<u>(110.048)</u>	<u>(658)</u>

O resultado dos instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* foram registrados no patrimônio líquido por valor inferior à respectiva variação do item objeto de *hedge*, através de lançamento contábil no valor negativo de R\$658.

Os instrumentos financeiros derivativos não destinados a *hedge* foram classificados como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e as suas variações foram registradas no resultado do período, no montante de R\$1.493.

O valor de R\$145.611, correspondente ao total calculado como valor justo dos derivativos, foi lançado no passivo circulante, como derivativos a realizar.

#### 19.4. RESULTADOS FUTUROS – CENÁRIOS PROJETADOS

Considerando as possíveis oscilações cambiais que podem afetar as operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto, apresentamos abaixo três cenários, sendo a ocorrência do primeiro julgada provável pela administração e os outros dois distorcidos em, no mínimo, 25% e 50% cada um:

a. Hedge para exportações

Banco	Notional (US\$ mil)	Exposição (US\$ mil)	Mês	Câmbio Vendido	Ajuste (R\$ mil) para dólar		
					0,00	2,50	5,00
Barclays	2.500	5.000	Março	1,8000	(3.061)	(3.061)	(3.061)
	2.500	5.000	Abril	1,8000	1.500	1.500	1.500
	2.500	5.000	Maior	1,8000	1.500	1.500	1.500
	2.500	5.000	Junho	1,8000	1.500	1.500	1.500
	2.500	5.000	Julho	1,8000	1.500	(1.000)	(3.500)
	PROJEÇÃO					2.940	440
Barclays	2.500	5.000	Março	1,6930	(3.596)	(3.596)	(3.596)
	2.500	5.000	Abril	1,6930	965	965	965
	2.500	5.000	Maior	1,6930	965	965	965
	2.500	5.000	Junho	1,6930	965	965	965
	2.500	5.000	Julho	1,6930	965	(1.535)	(4.035)
	PROJEÇÃO					265	(2.236)
Deutsche	2.000	4.000	Março	1,6950	(2.907)	(2.907)	(2.907)
	2.000	4.000	Abril	1,6950	(2.162)	(2.162)	(2.162)
	2.000	4.000	Maior	1,6950	(1.810)	(1.810)	(1.810)
	2.000	4.000	Junho	1,6950	(968)	(968)	(968)
	2.000	4.000	Julho	1,6950	780	(1.220)	(3.220)
	PROJEÇÃO					(7.068)	(9.068)
TOTAL	7.000	14.000	Março	1,7318	(9.563)	(9.563)	(9.563)
	7.000	14.000	Abril	1,7318	303	303	303
	7.000	14.000	Maior	1,7318	655	655	655
	7.000	14.000	Junho	1,7318	1.497	1.497	1.497
	7.000	14.000	Julho	1,7318	3.245	(3.755)	(10.755)
	PROJEÇÃO					(3.864)	(10.864)

b. Trava de Libor

BANCO	Data	Valor (US\$ mil)	Libor fixada	Ajuste (R\$ mil) para taxa a		
				0,0%	2,5%	5,0%
Citibank	mai/09	77.778	4,09%	(1.414)	(550)	315
	ago/09	66.667	4,09%	(1.212)	(471)	270
	nov/09	55.556	4,09%	(1.010)	(393)	225
	fev/10	44.444	4,09%	(808)	(314)	180
	mai/10	33.333	4,09%	(606)	(236)	135
	ago/10	22.222	4,09%	(404)	(157)	90
	nov/10	11.111	4,09%	(202)	(79)	45
	PROJEÇÃO				(5.656)	(2.199)

c. Termo de moeda

Banco	Mês/ano	Notional (US\$mil)	Exposição (US\$mil)	Posição de câmbio		Ajuste (R\$mil) para dólar a		
				Vendida	Comprada	1,50	2,00	2,50
JPMorgan	março/09	50.000	50.000	1,90 (V)	2,35 (C)	(22.619)	(22.619)	(22.619)
		prêmio				1.050	1.400	1.750
	abril/09	50.000	50.000	1,90 (V)	2,37 (C)	(23.441)	(23.441)	(23.441)
		prêmio				1.125	1.500	1.875
	maio/09	50.000	50.000	1,90 (V)	2,38 (C)	(24.158)	(24.158)	(24.158)
		prêmio				1.200	1.600	2.000
PROJEÇÃO						(66.842)	(65.717)	(64.592)
Barclays	março/09	25.000	25.000	1,90 (V)	2,24 (C)	(8.571)	(8.571)	(8.571)
	abril/09	25.000	25.000	1,90 (V)	2,26 (C)	(8.977)	(8.977)	(8.977)
	maio/09	25.000	25.000	1,90 (V)	2,27 (C)	(9.321)	(9.321)	(9.321)
		prêmio				844	1.125	1.406
	PROJEÇÃO						(92.867)	(91.461)
Citibank	março/09	25.000	25.000	1,90 (V)	-	10.000	(2.500)	(15.000)
	abril/09	25.000	25.000	1,90 (V)	-	10.000	(2.500)	(15.000)
	maio/09	25.000	25.000	1,90 (V)	-	10.000	(2.500)	(15.000)
		prêmio				844	1.125	1.406
	PROJEÇÃO						(62.024)	(97.836)
TOTAL	março/09	25.000	25.000	1,90 (V)		10.000	(2.500)	(15.000)
		75.000	75.000	1,90 (V)	2,32 (C)	(31.190)	(31.190)	(31.190)
		prêmio				1.050	1.400	1.750
	abril/09	25.000	25.000	1,90 (V)		10.000	(2.500)	(15.000)
		75.000	75.000	1,90 (V)	2,33 (C)	(32.418)	(32.418)	(32.418)
		prêmio				1.125	1.500	1.875
	maio/09	25.000	25.000	1,90 (V)		10.000	(2.500)	(15.000)
		75.000	75.000	1,90 (V)	2,35 (C)	(33.479)	(33.479)	(33.479)
		prêmio				2.888	3.850	4.813
	PROJEÇÃO						(62.024)	(97.836)

d. Swap 134% CDI x 90% CDI ou variação cambial + 2% a.a.

Banco	Data	Valor (R\$ mil)	Taxa CDI	Cupom cambial	Ajuste (R\$mil) para dólar a		
					1,50	2,00	2,50
Modal	mar/09	10.000	90,0%	2,0%	(0,17)	(0,17)	(0,17)
	abr/09	10.000	90,0%	2,0%	0,04	0,04	0,04
	mai/09	10.000	90,0%	2,0%	0,03	0,03	0,03
	jun/09	10.000	90,0%	2,0%	0,03	0,03	0,03
	jul/09	10.000	90,0%	2,0%	0,03	0,03	0,03
	ago/09	10.000	90,0%	2,0%	0,03	0,03	0,03
	set/09	10.000	90,0%	2,0%	0,06	0,06	0,06
	out/09	10.000	90,0%	2,0%	22,3	(1.175,4)	(3.992,1)
	nov/09	9.167	90,0%	2,0%	41,3	(980,3)	(3.559,2)
	dez/09	8.333	90,0%	2,0%	56,9	(763,9)	(3.096,0)
	jan/10	7.500	90,0%	2,0%	68,9	(570,0)	(2.657,3)
	fev/10	6.667	90,0%	2,0%	77,3	(404,5)	(2.250,3)
	mar/10	5.833	90,0%	2,0%	81,9	(267,2)	(1.874,8)
	abr/10	5.000	90,0%	2,0%	82,8	(147,0)	(1.516,7)
	mai/10	4.167	90,0%	2,0%	79,8	(54,7)	(1.189,8)
	jun/10	3.333	90,0%	2,0%	72,7	12,1	(890,6)
	jul/10	2.500	90,0%	2,0%	61,4	51,5	(621,5)
	ago/10	1.667	90,0%	2,0%	45,6	45,6	(381,8)
	set/10	833	90,0%	2,0%	25,2	25,2	(174,4)
	PROJEÇÃO					526,7	(739,0)

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2009 é de R\$940.295 (em 30 de setembro de 2008, R\$ 690.295), representado por 99.614.977 ações (em 30 de setembro de 2008, 69.151.854 ações).

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes de avaliação patrimonial”, no qual foram registradas as variações cambiais dos instrumentos financeiros e derivativos.

**21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS**

	2009	2008
Varição cambial ativa sobre empréstimos	228.247	85.651
Varição cambial ativa sobre contratos	423.427	135.417
Ganhos com derivativos	60.871	40.335
Receita com perdão de dívida	19.487	-
Multas e juros sobre pagamentos	(19.098)	-
Provisão com perdas variação cambial	(211)	(34.615)
Juros pagos ou incorridos	(62.900)	(49.627)
Provisão de juros sobre contratos	(83.110)	(44.581)
Varição cambial sobre contratos	(61.560)	(302.639)
Varição cambial sobre empréstimos	(83.197)	(198.277)
Perdas com derivativos	(83.013)	(51.634)
Descontos concedidos	(6.185)	(3.993)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.116)	(631)
	<u>320.642</u>	<u>(424.594)</u>

**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	2009	2008
Provisão para realização dos estoques	(1.692)	(137)
Provisão para contingências	(27.701)	-
Baixa ICMS pela não realização	(41.399)	-
Perdas com ociosidade industrial	(86.353)	(2.742)
Despesas com apropriação de arrendamentos	(9.425)	-
Despesas com vendas de imobilizado, líquidas	(10.348)	178
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.051)	533
	<u>(177.969)</u>	<u>(2.168)</u>

**23. ITENS EXTRAORDINÁRIOS**

A Companhia consignou isoladamente na demonstração do resultado a rubrica “Itens extraordinários” em 30 de setembro de 2008, os valores relacionados ao reconhecimento do crédito-prêmio do IPI e ao parcelamento do Funrural, bem como a reversão de determinados valores deste fundo, conforme demonstrados abaixo:

Descrição	30/9/2008
Ajuste referente ao reconhecimento do crédito prêmio IPI	184.000
Ajuste referente ao reconhecimento das despesas com parcelamento e contingências do Funrural	(64.549)
Ajuste referente à reversão dos valores pagos sobre o parcelamento Funrural	(7.382)
Efeito líquido	<u>112.069</u>

#### **24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

#### **25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de Renda e a contribuição social são calculados considerando as atuais alíquotas, conforme legislação em vigor.

Os cálculos do Imposto de Renda e contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

#### **26. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 20 de outubro de 2009, informou em conjunto com a controlada Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda., que em 19 de outubro foram retomados os trabalhos da Assembleia Geral de Credores (“AGC”), e nessa data foi deliberado conjuntamente pelos credores presentes que até o dia 29 de outubro serão finalizadas as tratativas e as negociações acerca do Plano de Recuperação Judicial de ambas as empresas, para que sua versão final possa estar disponível no *site* da Companhia ([www.independencia.com.br](http://www.independencia.com.br)) no dia 30 de outubro de 2009.

Foi definida a data de 5 de novembro de 2009, no centro de convenções do hotel Transamérica, localizado na Avenida das Nações Unidas, 18.591, Santo Amaro, São Paulo, SP, para a realização da próxima Assembleia Geral de Credores com fins de aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

No dia 5 de novembro de 2009, conforme deliberado pelos seus credores em Assembleia Geral de Credores, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado (“Plano Consolidado”), com a aceitação por mais de 98% dos credores e cerca de 70% dos créditos presentes à assembleia.

\* \* \*